

Os números que sustentam o otimismo do ministro

A exemplo da primeira rodada de conversas com os empresários, em julho, na tentativa de reverter o quadro tendente à hiperinflação, o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, voltou a levar para a mesa de negociação, na última segunda-feira, um documento preparado por sua assessoria — sobre a conjuntura econômica — com o objetivo de demonstrar que, apesar da grave crise, o governo ainda tem o controle da atividade econômica. Novamente, o governo se apóia, principalmente, no bom desempenho da base monetária (emissão de moeda), que se mantém sob controle, apesar da grande pressão inflacionária.

Os números de setembro apresentados pelo governo mostram, no entanto, que o descontrole poderá estar mais próximo, se não houver uma contenção, ainda que limitada, da alta dos preços. Em setembro, a variação percentual da média dos saldos diários, no período de 30 dias, foi de 25,2% (contra 18,9% em agosto). Este desempenho retoma a forte pressão de maio último,

quando a média dos saldos diários chegou a 23,3%, caindo nos dois meses seguintes para 18,5% (junho) e 10,5% (julho), a partir do aperto na política monetária. Apesar deste tropeço, há ainda o fato positivo de que nos últimos 12 meses a variação percentual da média dos saldos diários foi de 1.119,6%, contra uma inflação de 1.198%, no mesmo período.

Outro número em que o governo se apóia é o relativo equili-

brio de suas receitas que apresentaram um recuo de apenas 0,91% no total geral, no período de janeiro a agosto, o que foi conseguido, essencialmente, com o excepcional crescimento das contribuições para o PIS/Pasep e da introdução da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas. A receita líquida do governo — descontados restituições e incentivos — foi 0,44% superior ao mesmo período de janeiro a agosto de 1988.

Na execução orçamentária do Tesouro, os dados de janeiro a agosto de 89 também apresentam evolução positiva, relativamente ao mesmo período de 88, com uma queda de 14,5% no déficit das contas. Os gastos com pessoal e encargos sociais diminuíram 8,5% no período, mas os encargos da dívida pública cresceram 119,9% — o que é uma consequência da política de juros altos. Enquanto os gastos com os encargos da dívida, nos primeiros sete meses de 88, foi de NCz\$ 6 bilhões, em 89 chegaram a NCz\$ 13,2 bilhões. Por causa do relativo controle das contas do Tesouro, o déficit operacional do setor público manteve-se praticamente inalterado de janeiro a maio de 89 (9,55% do PIB), em relação ao mesmo período de 88 (0,57%).

Os demais números levados à reunião referem-se ao bom desempenho da economia no nível de emprego, produção industrial e faturamento do comércio. São números das próprias entidades empresariais, que já vinham indicando a alta da produção e do consumo.

Déficit operacional do Setor Público

Discriminação	Fluxos em NCz\$ Milhões					
	1988			1989(*)		
	Valor	Percentagem S/ PIB 1/ No ano	No período	Valor	Percentagem S/ PIB 1/ No ano	No período
Governo Central	240	0,26	1,61	3934	0,44	2,45
Governos Est. e Municipais	135	0,15	0,91	432	0,05	0,27
Empresas Estatais	96	0,10	0,64	466	0,05	0,29
Agências Descent.	28	0,03	0,19	375	0,04	0,23
Previdência Social	35	0,04	0,24	-240	-0,03	-0,15
Total	534	0,57	-3,59	4967	0,55	3,09
(*) Preliminar						
1/ PIB estimado para o período jan-mai						